

# O ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA DO PONTO DE VISTA DE SEUS EGRESSOS

*Maria Laura P. Barbosa Franco*

Da Fundação Carlos Chagas

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla, da qual participam as pesquisadoras Dagmar Zibas e Roberta Azzi, financiada pelo INEP e em realização na Fundação Carlos Chagas, SP.

---

## RESUMO

Trata-se de uma pesquisa desenvolvida junto a 174 egressos do ensino agrícola e provenientes de três escolas agrotécnicas localizadas, respectivamente, em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Para isso, questionários com questões fechadas e abertas foram enviados a todos os 573 concluintes desses cursos nos anos de 1981, 1982 e 1983. Os dados obtidos dividem-se em três grandes blocos informativos. Num primeiro momento, investiga-se a origem social do egresso, utilizando-se como indicadores as condições de subsistência, trajetória escolar e renda tanto do egresso como de sua família de origem. O segundo bloco é dedicado à análise da situação ocupacional do egresso, desde a trajetória dessa situação até dificuldades vivenciadas no exercício das atividades profissionais, grau de satisfação com o trabalho etc. Finalmente, procura-se explorar o conjunto das representações sociais que o egresso elabora frente à escola, ao mercado de trabalho, à sociedade como um todo, suas expectativas e aspirações.

## SUMMARY

This paper presents a research done among 174 subjects who had studied in three schools of Agriculture in the states of São Paulo, Minas Gerais and Rio Grande do Sul.

A questionnaire with both open objective questions was administered to 573 subjects who concluded their courses in the years of 1981, 1982 and 1983.

The information gathered was grouped into the three classes: a) the social origin of the subjects taking as indicators the income and the subsistence conditions of both the subjects and their families as well as their schooling; b) the subjects present and previous occupational status including eventual difficulties experienced in professional life and degree of satisfaction at work, and c) the social representations of the subjects related to school, labor market and the society as a whole as well as their expectations and aspirations.

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho refere-se a uma pesquisa desenvolvida junto a egressos do ensino técnico agrícola a nível de 2º grau.

Diante da abrangência do tema, antes de analisar as questões específicas da pesquisa, consideramos necessário discutir a concepção mais geral da questão agrária no Brasil e a problemática da tecnologia, tanto no conjunto das condições especificamente pedagógicas, como à luz dos parâmetros sociais, econômicos e políticos.

Devido à grande extensão territorial e aos acentuados contrastes regionais, torna-se difícil uma caracterização mais global da agricultura brasileira, cujas principais distorções são decorrentes da forma particular pela qual o capitalismo se engendrou no país e da estrutura agrária altamente concentradora da posse da terra.

Desde 1920, a posse da terra se mantém inalteradamente concentrada nas mãos de poucos. Em 1980, as grandes propriedades (com área igual ou maior do que 1.000 ha) ocupavam quase a metade (46%) da área total do país e representavam apenas 0,9% do número total de estabelecimentos agrícolas existentes. O conjunto dos estabelecimentos médios (com áreas entre 100 e 1.000 ha) não chega também a representar 10% das propriedades agrícolas; todavia, contribuem para a concentração da posse da terra, na medida em que ocupam 36% da área total. Por outro lado, e no extremo oposto, os pequenos produtores (com área inferior ou igual a 100 ha), apesar de ocuparem apenas 18% da área total, representam a absoluta maioria (89,1%) dos estabelecimentos agrícolas existentes no Brasil (Lorena e Oliveira Jr., 1984).

A concentração da posse da terra é mais forte nas regiões mais pobres (Norte e Nordeste) e, apesar do apoio creditício dado às grandes propriedades, não são elas que contribuem decisivamente para o desenvolvimento econômico do país.

As grandes propriedades contribuem com apenas 6% da produção para o mercado interno (arroz, milho, mandioca, algodão, batata), com 7,5% da produção para o mercado externo (café e soja), e com 3% sobre o total da porcentagem de oferta de empregos no campo. Neste sentido, como ressaltam Carlos Lorena e Paulo H. Oliveira Jr., é importante levar em conta a força dos pequenos produtores (proprietários de terra até 100 ha ou 40 alqueires) que, ocupando apenas um quinto da área agrícola do país e recebendo um terço do financiamento, são responsáveis por mais de 70% da produção destinada ao mercado interno, por 56% da produção destinada à exportação e por aproximadamente 80% da oferta de empregos. Apesar da relevância dessa oferta, a grande maioria desses estabelecimentos<sup>1</sup> opera com base na força de trabalho da unidade familiar, contratando empregados sazonais ou temporários para completá-la.

É evidente que, embora proprietários dos meios de produção, os pequenos produtores não são independentes, nem estão desconectados do circuito global do capital. "Ao contrário, encontram-se de diversas formas extremamente subordinados a esse circuito"

(Silva et al., 1983, p. 45). Isso porque as transformações impostas pelo desenvolvimento do capital na agricultura brasileira criaram formas de tornar os pequenos produtores cada vez mais dependentes dos mecanismos estruturais do mercado.

Como lembram José Graziano Silva e outros pesquisadores, são várias as formas de subordinação, controladas principalmente pelo capital comercial e de serviços, na figura dos financiadores, intermediários, atacadistas, caminhoneiros, beneficiadores, bodegueiros, etc. No setor primário da economia, "as contradições principais entre os produtores diretos e os proprietários ou comerciantes passam pela questão do controle da terra, do financiamento e da comercialização dos produtos agrícolas" (Silva et al., 1983 p. 45).

Outra série de contradições passa pela questão da tecnificação agrícola, via absorção de inovações tecnológicas. Esta absorção está diretamente relacionada ao que se costuma chamar de "modernização da agricultura brasileira", processo que se inicia na década de setenta, com vistas ao aumento da produtividade agropecuária.

Em termos gerais, a incorporação de novas tecnologias processou-se diferentemente conforme a região do país e o tipo de produtor. Além disso, nem sempre afetou globalmente todo o processo produtivo, limitando-se à fase do preparo do solo e do trato das culturas, seja pela substituição da força humana e/ou animal pela mecânica (tratores), seja por insumos químicos (fertilizantes e defensivos: inseticidas, fungicidas e mais recentemente os herbicidas).

Estamos levantando essa problemática para melhor compreender as condições reais da tecnificação da pequena produção. Isso nos parece importante, não apenas para nortear políticas educacionais para o ensino técnico agrícola, como também para poder repensar suas propostas curriculares.

É evidente que a incorporação dos pequenos proprietários no processo de modernização agrícola depende de condições políticas e econômicas mais amplas.

Todavia, dados os objetivos do nosso trabalho, vamos ressaltar aqui a questão do saber tecnológico, ou seja, as condições que se criam para o aprendizado, pelos pequenos produtores, das novas tecnologias: sua existência, seu manejo e, principalmente, as possibilidades de sua incorporação efetiva.

Com base no estudo realizado por José Carlos Pereira de Santana e outros, junto a pequenos proprietários da Bacia de Paraguaçu, no Estado da Bahia, é possível identificar os principais entraves que dificultam a transferência da tecnificação para a grande maioria dos pequenos estabelecimentos agrícolas.

Na medida em que as políticas agrícolas são definidas por região e/ou produto e não por tipo de produtor, fica claro que o Estado tem procurado omitir ou ignorar a diferenciação de classes existente na agricultura. Ou seja, a definição de políticas por produto (por exemplo para a soja) ou por região (por exemplo para o

1 Principalmente aqueles que não ultrapassam 50 ha de área agrícola e que aglutinam 70% da força de trabalho total empregada na agricultura brasileira.

Nordeste) pressupõe igualdade entre todos os produtores de soja, ou entre todos os produtores nordestinos. No entanto, sabe-se que, na verdade, eles são profundamente desiguais.

A não consideração dessas desigualdades, cujo maior condicionamento discricionário assenta-se na distribuição diferencial da posse da terra, tem gerado inúmeras condições adversas ao desenvolvimento do pequeno produtor, principalmente daqueles que não possuem uma extensão de terra que ultrapasse 50 ou mesmo 100 hectares.

Dentre as desastrosas conseqüências dessas políticas, vamos destacar apenas as relativas à questão da tecnologia no funcionamento das pequenas propriedades.

Já existem muitos estudos que demonstram haver uma relação direta entre o emprego de novas tecnologias agrícolas e o aumento da produtividade. No entanto, no Brasil, a implantação de novas técnicas, ou o que se costuma chamar de "tecnificação/modernização da agricultura", gestou-se para atender interesses predominantes dos setores industriais/comerciais e dos conglomerados empresariais do capitalismo agrícola.

Essa atitude "tem levado a que os resultados da modernização da agricultura brasileira beneficie efetivamente a minoria dos grandes proprietários rurais, os setores oligopolistas da indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura, as agroindústrias processadoras de matérias primas (que quase sempre são produtos agrícolas modernos) e os bancos repassadores dos recursos do crédito rural" (Silva et al, 1983, p. 89).

Embora, a nível do discurso oficial, exista uma preocupação com a "transferência da tecnologia agropecuária e gerencial aos pequenos e médios produtores rurais, visando a produção de alimentos básicos" (Brasil, Ministério da Agricultura, 1980), transferência para a qual se preconizam programas de Extensão Rural, Assistência Técnica, realização de pesquisas, melhoria do Ensino Técnico Agrícola, etc. já se dispõe de dados que confirmam a fraca presença de inovações tecnológicas nas unidades camponesas<sup>2</sup>.

Em discussões havidas com pequenos produtores de Paraguaçu e com técnicos agrícolas, durante a realização do estudo já mencionado, os autores constataram alguns pontos críticos que dificultam a transferência de novas tecnologias para o desenvolvimento das pequenas propriedades e do produtor de baixa renda. Salientam, por exemplo, as condições restritas, parciais e diferenciadas sob as quais se dá esse processo de transferência tecnológica. Além disso, destacam a inadequação dos novos sistemas tecnológicos, onde a "técnica" é produzida fora do espaço agrário, tomando a forma de mercadoria a ser consumida pelo produtor, sem levar em conta a especificidade da pequena propriedade. No dizer de um técnico agrícola entrevistado, não lhes é permitido participar do processo de discussão sobre a tecnologia a ser transmitida: "Chega um pacote tecnológico, muitas vezes inadequado, e a gente tem que cumprir" (Silva et al., 1983).

Em busca de uma metodologia de transferência mais adequada, José Graziano da Silva e outros identi-

ficam as condições comuns às pequenas propriedades e os ajustes necessários à superação de algumas dificuldades que inviabilizam a utilização de novas tecnologias por parte dos pequenos agricultores. Afirmam, que no caso brasileiro, podem ser identificadas, pelo menos, cinco condições comuns às pequenas propriedades: *A pouca disponibilidade de terra*, limita, de imediato, a adoção de técnicas que exigem uma escala de produção mínima, como por exemplo, a mecanização. As alternativas seriam: adequar as máquinas disponíveis, através de máquinas de menor potência (microtratores, trilhadeiras etc.) ou desenvolver sistemas cooperativos de aluguel ou compra de máquina.

Os pequenos produtores, geralmente, ocupam *áreas de menor fertilidade natural*, com relevo acidentado e precárias condições climáticas, visto que o preço das melhores terras é para eles proibitivo. Uma possível alternativa, neste caso, seria o redirecionamento das pesquisas, de forma a abranger técnicas para condições ecológicas adversas, ou tentar melhorar as próprias condições, através de programas de irrigação, da drenagem dos solos, correção, conservação, etc.

A *policultura* ainda é um traço característico dessas unidades. Ao lado do produto principal, em geral são cultivados outros produtos que se destinam à subsistência ou ao próprio mercado, ou mesmo um produto que serve de insumo (matéria-prima intermediária) para a produção final. Sendo assim, as técnicas de rotação de culturas, cultivos intercalares, etc. ganham importância, pois nem sempre as técnicas derivadas de experimentações feitas com monocultivos se adaptam ao caso dos cultivos intercalares ou associados.

Devido às suas próprias condições de tamanho, quantidade e qualidade dos recursos disponíveis, os pequenos produtores enfrentam quase sempre uma *precária situação financeira*. Em função disso, qualquer inovação tecnológica que implique gastos monetários adicionais vê-se restringida do ponto de vista dos recursos internos, fazendo-se necessárias as fontes externas de recursos financeiros, como o crédito subsidiado.

Finalmente, resta lembrar que quando os pequenos produtores operam à base do *trabalho familiar*, a disponibilidade potencial de mão-de-obra, ao longo do ano, tende a se manter mais ou menos constante, independentemente das necessidades objetivas da força de trabalho na produção agropecuária. Neste caso, tornam-se novamente relevantes as técnicas que combinem culturas sob forma de rotação, a fim de manter o patamar de exigência de mão de obra compatível com a disponibilidade da força de trabalho familiar (Silva et al., 1983).

Foi nossa intenção incorporar a opinião de especialistas que apontam algumas particularidades que, do ângulo da tecnologia, constituem importantes condicionantes do êxito de sua adoção por parte dos peque-

2 Estamos entendendo por "unidades camponesas" pequenas propriedades que operam basicamente via utilização da mão de obra familiar.

nos produtores. No entanto, reiteramos que a questão tecnológica não se esgota nas peculiaridades da produção agrícola. Sabemos que existe uma série de instrumentos paralelos que podem facilitar ou, ao contrário, inviabilizar por completo a tecnificação da pequena propriedade como as políticas ligadas aos mecanismos seletivos do crédito rural, à comercialização, à exportação e à distribuição de produtos, aos preços mínimos, ao sistema tributário, etc.

São questões mais amplas, mas decidimos, pelo menos, delinear-las para que funcionem como um quadro de hipóteses teóricas quando se procura indagar que "saber técnico" está sendo difundido nas escolas agrícolas a nível de 2º grau. Ou seja, verificar até que ponto é o saber que não exclui as formas organizacionais de apropriação coletiva, mas que se amplia na discussão do contexto social e político, no qual foi gerado, para que alunos e egressos, tendo acesso a ele, possam compreender e interpretar historicamente a realidade social e, em especial, a realidade agrícola brasileira.

## OBJETIVOS

Entre educadores, técnicos e dirigentes educacionais que, de diferentes maneiras, se vinculam ao ensino técnico de nível médio, é comum a idéia de que um meio, através do qual se pode replanejar a atuação das escolas que ministram este tipo de ensino, é o acompanhamento e avaliação da inserção dos egressos dessas escolas no mercado de trabalho.

Neste contexto, o "acompanhamento de egressos" tem sido tradicionalmente concebido como uma ati-

vidade de coleta de informações que, em síntese, visaria dois objetivos: primeiro, avaliar o grau em que os alunos profissionalizados são absorvidos pelo mercado; e, segundo, o grau em que as competências técnicas, ofertadas pelo ensino técnico, correspondem às competências técnicas demandadas pelo mercado de trabalho.

Vista assim, esta atividade de coleta de informações se aproxima do que poderíamos denominar "pesquisa operacional", ou seja, uma pesquisa que, assumindo como dado um certo papel da escola técnica, indicasse alterações necessárias do ensino, basicamente no que diz respeito à ativação/desativação de determinados cursos e à reformulação da oferta de conteúdos, de modo a adequar a formação do aluno ao perfil profissional exigido pelas empresas, aumentando a aceitabilidade dos egressos no mercado de trabalho.

Ao enfocarmos o tema de pesquisa "Acompanhamento de egressos", vemos a necessidade de uma revisão da concepção implícita em algumas tentativas já empreendidas nessa linha pois apresentam equívocos, basicamente assentados numa compreensão deficiente acerca da relação entre escola e trabalho e que precisam ser superados.

Diante da possibilidade desses equívocos, propomos a efetuar um estudo mais amplo e abrangente cujo objetivo geral é subsidiar propostas para a definição de currículos, relações pedagógicas e sistemática de avaliação do ensino técnico agrícola a nível de 2º grau.

Como se observa na Figura 1, a seguir, isso indica nosso compromisso com outras dimensões de análise, onde se coloca, como fato inquestionável, a ne-

Figura 1: dimensões de análise



cessidade de contextualizar as informações a serem obtidas junto a egressos, para que possam ser consideradas significativas do ponto de vista teórico e metodológico.

Pressupõe, portanto, o estudo da própria *escola* de onde provém o egresso e da *comunidade regional*, onde se insere sua escola de origem. No entanto, neste momento, nossos dados referem-se, apenas, aos *egressos*. O estudo da escola e da comunidade será uma tarefa posterior.

## PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

### Definição das escolas de onde provém os egressos

Dada a amplitude e abrangência do estudo que estamos realizando e levando em conta os recursos disponíveis, verificamos, desde o início, ser possível trabalhar no máximo com três escolas<sup>3</sup> como pontos de referência para o estudo de egressos.

### QUADRO 1

Número de Escolas Técnicas Agrícolas por Estados da Federação e Dependência Administrativa

| DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA | FEDERAL COAGRI | FEDERAL VINCULADA À UNIVERSIDADE | ESTADUAL   | MUNICIPAL | PARTICULAR | TOTAL      |
|----------------------------|----------------|----------------------------------|------------|-----------|------------|------------|
| ESTADOS DA FEDERAÇÃO       |                |                                  |            |           |            |            |
| Rondônia                   | —              | —                                | —          | 1         | —          | 1          |
| Acre                       | —              | —                                | 1          | —         | —          | 1          |
| Roraima                    | —              | 1                                | —          | —         | —          | 1          |
| Amazonas                   | 1              | —                                | 1          | —         | 1          | 3          |
| Pará                       | 1              | —                                | 1          | —         | —          | 2          |
| Maranhão                   | 1              | —                                | 1          | —         | —          | 2          |
| Piauí                      | —              | 2                                | —          | —         | 1          | 3          |
| Ceará                      | 2              | —                                | 5          | —         | 1          | 8          |
| Rio Grande do Norte        | —              | 1                                | 3          | —         | —          | 4          |
| Paraíba                    | 1              | 1                                | 1          | 1         | —          | 4          |
| Pernambuco                 | 3              | 1                                | 9          | 3         | 1          | 17         |
| Alagoas                    | 1              | —                                | —          | —         | 1          | 2          |
| Sergipe                    | 1              | —                                | —          | —         | —          | 1          |
| Bahia                      | 1              | 4                                | 9          | —         | 7          | 21         |
| Goiás                      | 2              | —                                | 4          | 1         | 1          | 8          |
| Mato Grosso                | 2              | —                                | 1          | —         | —          | 3          |
| Mato Grosso do Sul         | —              | —                                | 3          | —         | —          | 3          |
| Distrito Federal           | —              | —                                | 1          | —         | —          | 1          |
| Espírito Santo             | 3              | —                                | —          | —         | 2          | 5          |
| Rio de Janeiro             | —              | 3                                | 5          | —         | —          | 8          |
| Minas Gerais               | 11             | 2                                | 4          | 6         | 7          | 30         |
| São Paulo                  | —              | —                                | 33         | —         | —          | 33         |
| Paraná                     | —              | —                                | 10         | —         | 10         | 20         |
| Santa Catarina             | 1              | 2                                | 4          | —         | 5          | 12         |
| Rio Grande do Sul          | 2              | 5                                | 12         | 1         | 5          | 25         |
| <b>TOTAL</b>               | <b>33</b>      | <b>22</b>                        | <b>108</b> | <b>13</b> | <b>42</b>  | <b>218</b> |

Fonte: MEC/COAGRI — Cadastro de Escolas de 2º grau — Área Primária — 1983.

Para a escolha dessas escolas, contamos com um fator de limitação adicional: deveriam ser escolas conveniadas do IV Acordo MEC/BIRD.

Mesmo assim, procuramos garantir a diversificação da rede mantenedora, já que a rede federal, quando confrontada à estadual, apresenta singularidades

que merecem ser identificadas. Mostrou-se igualmente necessário estudar escolas em diferentes regiões,

<sup>3</sup> Do conjunto de 218 existentes, distribuídas pelos diferentes Estados da Federação e subordinadas a diferentes esferas administrativas (Ver Quadro 1).

na medida em que a contextualização regional representa uma dimensão de análise relevante para nosso trabalho.

Na confluência desses interesses, selecionamos duas escolas da rede federal de ensino e uma da rede estadual. As escolas federais estão situadas, respectivamente, no Município de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul e no Município de Uberlândia, em Minas Gerais. A escola estadual está situada no Município de Jaú, no Estado de São Paulo.

#### Definição da amostra de egressos

Depois de obtidos os nomes e endereços dos alunos formados em 1981, 1982, e 1983, enviamos um questionário a todos os 557 concluintes dos anos citados.

O resultado do recurso "envio pelo correio" excedeu as expectativas, pois nossas experiências anteriores e a literatura metodológica clássica apontam como média geral, no Brasil, em tais casos, aproximadamente 15% de retorno. Como se observa, na Tabela 1, obtivemos um percentual médio de retorno de, 35% aproximadamente.

#### Descrição do instrumental

Dentre os diferentes tipos de enquete e para a obtenção de dados juntos aos *egressos*, privilegiamos o "questionário reflexivo". Estamos denominando "questionário reflexivo" aquele no qual o pesquisado não apenas responde às informações procuradas, como também depara-se com questões provocativas o que lhe fornece a oportunidade de refletir acerca de suas condições de vida, enquanto produto de uma estrutura social contraditória.

TABELA 1

Relação entre questionários enviados e respondidos

| ESCOLA                                | TOTAL DE CONCLUINTEs | QUESTIONÁRIOS DEVOLVIDOS |            |
|---------------------------------------|----------------------|--------------------------|------------|
|                                       |                      | N                        | %          |
| E.A.F. de Bento Gonçalves             | 209                  | 73                       | 35         |
| E.A.F. de Uberlândia                  | 225                  | 59                       | 26         |
| E.E.S.G. "Prof. Urias Ferreira" (JAÚ) | 123                  | 42                       | 34         |
| <b>TOTAL</b>                          | <b>557</b>           | <b>174</b>               | <b>100</b> |

O questionário compõe-se de questões abertas e fechadas e divide-se em três grandes blocos informativos. Num primeiro momento, investiga-se a *origem social* do egresso, utilizando-se como condições de subsistência, trajetória escolar e renda, tanto do egresso quanto de sua família de origem. A segunda parte do questionário é dedicada à análise da sua *situação ocupacional* desde a trajetória dessa situação até dificuldades vivenciadas no exercício das atividades profissionais, grau de satisfação com o trabalho, etc.

Finalmente, na última parte do questionário, procura-se explorar o conjunto das *representações so-*

ciais que o egresso elabora frente à escola, ao mercado de trabalho, à sociedade como um todo, suas expectativas e aspirações.

#### ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS JUNTO AOS EGRESSOS

##### Idade e Sexo

A amostra dessa pesquisa é constituída de jovens cujas idades concentram-se entre 17 e 22 anos.

Sabe-se que a clientela do ensino agrotécnico é eminentemente masculina. Essa característica é justificada, às vezes, pelo regime de internato vigente nesses estabelecimentos, cuja administração, segundo determinada ótica, ficaria muito difícil e mais onerosa com a admissão de mulheres. Entretanto, além das restrições institucionais, nota-se, logo à primeira abordagem do problema, que há um preconceito difuso a respeito. Por exemplo, alguns dirigentes declaram explicitamente que a formação em técnicas agropecuárias não é compatível com a "natureza feminina", por exigir um estafante e "sujo" trabalho braçal. No entanto, é preciso lembrar que esse argumento não é nem levemente ventilado com respeito ao grande contingente de mão-de-obra feminina que é absorvida, desde a mais tenra idade, nas propriedades familiares e que continuam chegando cada vez mais, às frentes de trabalho, na condição de trabalhadoras rurais temporárias.

Por outro lado, é essencial notar que a reduzida demanda por esse ramo de ensino, por parte de jovens do sexo feminino, não pode ser apenas imputada aos entraves institucionais e à discriminação social, mais ou menos aberta, que sofre a jovem que opta por essa formação técnica. Ao contrário, o pequeno número de

mulheres que realmente ingressam no ensino agrícola de 2º grau deve ser também analisado por outros ângulos, como consequência da apreensão, por parte da jovem, de um dado infra-estrutural, objetivo, representado pelo provável estreitamento de oportunidades de emprego para mulheres em funções técnicas na agropecuária e como consequência da representação social que as jovens absorvem e reconstróem a respeito de sua participação no mundo doméstico e no mundo do trabalho. Isto é, a candidata ao 2º grau é quase sempre formada em meio de expectativas sociais tradicionais sobre o papel feminino na sociedade, expectativas que mistificam o trabalho no lar ou concebem a função profissional da mulher, principalmente da classe média, como mais apropriada em áreas sociais afastadas da produção material, como magistério, enfermagem, assistência social, etc. Como se sabe, a partir daí, antes de sofrer qualquer discriminação objetiva, a jovem já está preparada para recusar, como não natural, uma opção profissional que se desvie do padrão social visto como desejável.

Diante de todo esse quadro, torna-se compreensível a seguinte composição de nossa amostra (Tabela 2).

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR SEXO

| SEXO | RIO GRANDE DO SUL | MINAS GERAIS | SÃO PAULO |
|------|-------------------|--------------|-----------|
|      | BENTO GONÇALVES   | UBERLÂNDIA   | JAÚ       |
| M    | 94,5%             | 98,5%        | 100%      |
| F    | 5,5%              | 1,5%         | —         |

Origem social dos egressos

Ocupação dos pais e mães

No que se refere à origem familiar de nossos sujeitos mais da metade (55%) são filhos de agricultores, sendo que dentre esses agricultores 50% são proprietários de terra, 4,5% empregados na propriedade de terceiros e 1% arrendatários.

Essa condição de "proprietários" torna-se bem menos significativa quando não relacionada à agricultura. Ou seja, dentre os pais dos egressos que estão ocupados em outros setores da economia (indústria, comércio e serviços) a maior incidência recai sobre a condição de assalariados (25%) contra, apenas, 9% de proprietários.

Diante desse quadro, convém discriminar quais as porcentagens de filhos de outros assalariados (além dos rurais) representados em nossa amostra: 18% empregados em serviços (públicos e privados); 6% empregados em indústria; 1% empregados em comércio<sup>4</sup>.

Confirmando nossas expectativas, dentre os proprietários rurais, observa-se a expressiva presença de pequenos proprietários, pois, em 81% dos casos, o tamanho das propriedades não ultrapassa 100 ha. Utilizam-se, basicamente, da mão-de-obra familiar, que inclui a duplicação do trabalho feminino dividido entre a agricultura e os afazeres domésticos. Enfrentam, pois, as conhecidas dificuldades inerentes à condição de agricultores de baixa renda e, nos limites de suas possibilidades, incentivam os filhos a buscar conhecimentos técnicos com vistas ao aumento da produtividade da unidade camponesa.

Consideramos importante reter esse dado para a análise, pois nos permite traçar um confronto mais claro a respeito das condições da origem familiar de nossos sujeitos.

4 Em 10% dos casos, não foi possível classificar a ocupação dos pais dos egressos.

Tendo, na maioria dos casos, nascido e vivido no campo, trazem a marca e as características culturais do setor camponês, em sua valorização e apego à terra. Por outro lado, vivem a contradição que se estabelece entre o rural e o urbano. A vida na cidade configura-se como um apelo muito grande para a ascensão social e profissional. Ao mesmo tempo, não descartam a possibilidade de realizarem-se economicamente em atividades ligadas à agricultura.

No que diz respeito à ocupação das mães, a maioria (72%) dos sujeitos da amostra registrou, como ocupação da mãe a função "do lar". Poucos (20,5%) foram aqueles que explicitaram que a mãe "é do lar" e "ajuda na agricultura".

Em verdade, esperávamos que esse índice "mães que ajudam na agricultura" fosse bem maior, pois é sabidamente conhecido que as famílias que residem em pequenas propriedades contam com o trabalho da mulher também na produção (no mínimo quanto ao trato de pequenos animais ou nos cuidados com uma horta).

Julgamos, pois, que há neste dado, "mãe ajuda na agricultura", um viés discricionário pelo qual se tende a desconsiderar a dupla jornada do trabalho feminino, ficando diluída a ocupação da mãe, na produção da unidade doméstica, sob o rótulo de "do lar".

Quanto às outras ocupações maternas registradas (costureiras, cozinheiras, telefonistas, comerciantes), não são quantitativamente relevantes. Observa-se porém a presença de 13,5% de mães de egressos de Uberlândia que são professoras e 12,0% de mães dos concluintes de Jaú, que são funcionárias públicas.

#### *Nível de instrução dos pais e mães*

O nível de escolaridade, tanto dos pais quanto das mães dos egressos, em 71% dos casos, situa-se no patamar mínimo da educação formal. Ou seja, embora constata-se a presença de 6,90% dos pais sem nenhuma escolaridade, os dados atestam a existência de 43,11% de pais com primário incompleto e 27,59% com primário completo.

Ao focalizarmos, sob o mesmo aspecto, as mães dos egressos encontramos um quadro bastante semelhante. Comprovamos a existência de 5,75% de mães sem nenhuma escolaridade, 77,20% no primeiro nível da educação formal e dentre essas 43,68% com primário incompleto e 32,76% com primário completo.

Os números revelam, pois, que, para a maioria de nossos egressos, o fato de ter concluído o 2º grau representa um grande avanço, quanto à educação formal, em relação à geração anterior. Isto é, esses jovens concluintes das escolas agrícolas de grau médio são, em grande maioria, filhos de pais que tiveram um contato mínimo com a instrução escolar. Nesse sentido, ousaríamos indagar o fato de que os filhos tiveram pelo menos 11 anos de freqüência à escola pode representar um indicador da democratização do acesso à escola brasileira nos últimos anos?

#### *Situação ocupacional dos egressos do ensino agrícola*

Os jovens egressos do ensino agrícola, em sua grande maioria, encontram-se inseridos no mercado de traba-

lho. Esse dado assume maior relevância se atentarmos para o fato de que apenas 14 dos 174 entrevistados, ou seja 8%, declararam nunca ter trabalhado.

O percentual elevado de inserção no mercado de trabalho não constitui surpresa, na medida em que não diverge significativamente dos resultados obtidos em pesquisas por nós realizadas junto a alunos e egressos do ensino de 2º grau na cidade de São Paulo. No entanto, a análise da situação ocupacional dessa amostra de egressos do ensino agrícola evidencia uma configuração bastante particular relativa ao tipo de inserção no mercado, indicando uma relação muito mais estreita entre formação técnica e atividade profissional desempenhada.

Em pesquisa de 1983, trabalhamos com alunos e egressos do 2º grau não-profissionalizante e profissionalizante nas áreas da indústria e do comércio. Os dados, referentes a 10% das escolas paulistanas e a 953 sujeitos, demonstraram não haver nenhuma relação entre os cursos realizados e as funções desempenhadas pelos egressos no mercado de trabalho. Foi constatada uma significativa porcentagem de alunos-trabalhadores (73%). Todavia, independentemente da habilitação técnica que haviam cursado, a maioria (68%) estava ocupada em funções do tipo "administrativo de rotina", nos setores da indústria, do comércio, de serviços em geral, e no serviço público (serviços gerais de escritório, datilógrafos, secretárias, recepcionistas, telefonistas, mensageiros, notistas etc.).

No caso de egressos do ensino agrícola, os dados evidenciam uma outra situação. Igualmente, 74% estão inseridos no mercado de trabalho; no entanto a maioria (76,15%) desempenha funções no setor da agropecuária, ligadas à habilitação técnica na qual se formaram. Dentre esses, aproximadamente 30% trabalham na condição de proprietários, sendo que 1,54% possuem firma de prestação de serviços, poucos (3,85%) possuem sua própria terra, estando a grande maioria (23,84%) na propriedade rural familiar. Essa última característica é mais significativa junto aos egressos da Escola de Bento Gonçalves/RS, situada numa região de minifúndios, voltados, basicamente, para a cultura da uva e fabricação do vinho (33,34%).

O reduzido número dos que estão inseridos em ocupações fora da agropecuária (24,02%) distribui-se pelos setores da indústria (3,0%), comércio (8,0%) e serviços (13,0%).

Conforme se observa no Quadro 4, dentre os que estão inseridos no setor primário da economia, 46,15% são assalariados e a maior incidência ocorre com o Estado de São Paulo com 48,38% dos casos.

O rol de atividades desempenhadas pelos assalariados é bastante diversificado, e a maior freqüência incide nas funções de orientação e administração de propriedades rurais (10,76%).

É interessante notar que a freqüência de egressos, absorvidos por órgãos governamentais ligados à agricultura (9,23%), não é tão grande, como era de se esperar, se comparada às outras condições de trabalho categorizadas na Tabela 3. Até mesmo no Estado de São Paulo, essa freqüência (16,12%) fica aquém daquela onde se registra a presença de sujeitos trabalhando na propriedade familiar (19,35%).



TABELA 3

Situação Ocupacional dos Egressos que trabalham no Setor Primário da Economia

| SITUAÇÃO NA OCUPAÇÃO AGROPECUÁRIA  | RS<br>%      | MG<br>%      | SP<br>%      | TOTAL<br>%   |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>PROPRIETÁRIO</b>  |              |              |              |              |
| – Proprietário de terra  | 1,85         | 4,44         | 6,45         | 3,85         |
| – Propriedade familiar   | 33,34        | 15,57        | 19,35        | 23,84        |
| – Proprietário de firma de prestação de serviços   | 1,85         | 2,22         | –            | 1,54         |
| <b>SUB-TOTAL</b>   | <b>37,04</b> | <b>22,23</b> | <b>25,80</b> | <b>29,23</b> |
| <b>ARRENDATÁRIO</b>  | <b>1,85</b>  | <b>–</b>     | <b>–</b>     | <b>0,77</b>  |
| <b>SUB-TOTAL</b>   | <b>1,85</b>  | <b>–</b>     | <b>–</b>     | <b>0,77</b>  |
| <b>ASSALARIADO</b>   |              |              |              |              |
| – Em funções técnicas ligadas à orientação e administração e trabalhando em propriedades agrícolas                 | 14,82        | 8,89         | 6,45         | 10,76        |
| – Em estabelecimentos comerciais orientando compra e utilização de insumos   | –            | 2,22         | 6,45         | 2,31         |
| – Em estabelecimentos de prestação de serviços orientando agricultores sobre técnicas de modernização agropecuária | 7,41         | 13,34        | 6,45         | 9,23         |
| – Em agroindústrias realizando testes de qualidade do produto, supervisão da produção, análises químicas           | –            | 4,44         | 9,68         | 3,85         |
| – Em órgãos governamentais, ligados à agricultura  | 5,56         | 8,89         | 16,12        | 9,23         |
| – Em cooperativas agrícolas  | 12,97        | 2,22         | 3,23         | 6,92         |
| – Em universidades rurais (Técnico/Laboratorista)  | 3,70         | –            | –            | 1,54         |
| – Em sindicatos rurais   | 1,85         | –            | –            | 0,77         |
| – Professor de técnicas agrícolas  | –            | 4,44         | –            | 1,54         |
| <b>SUB-TOTAL</b>   | <b>46,31</b> | <b>44,44</b> | <b>48,38</b> | <b>46,15</b> |
| <b>TOTAL</b>   | <b>85,20</b> | <b>66,67</b> | <b>74,18</b> | <b>76,15</b> |

Uma outra leitura da Tabela 3, com o objetivo de identificar os percentuais daqueles que estão trabalhando diretamente na terra, seja na condição de proprietários, seja na condição de arrendatários, ou seja na condição de assalariados responsáveis pela administração de áreas de plantio, nas propriedades de terceiros, demonstra a presença de 51,86% no Rio Grande do Sul, 28,90% em Minas Gerais e 32,5% em São Paulo.

Esses dados nos parecem importantes se atentarmos para o fato de que, no exercício da atividade produtiva, existem algumas diferenças entre os trabalhadores agrícolas que atuam em pequenas propriedades (ou pequenas áreas de plantio) e os trabalhadores que atuam em empresas de grande porte.

Esses últimos, em geral, têm maiores oportunidades de se adaptarem às técnicas já existentes na empresa, sendo nas funções subordinadas à "pedagogia da empresa" que detém a técnica, os instrumentos de trabalho, os mecanismos de racionalização do processo produtivo e os cursos de treinamento para ajustar a totalidade de seu próprio pessoal, às suas próprias características e a seus interesses específicos.

Como exemplifica, Maria Umbelina C. Salgado numa indústria do tipo siderúrgica e em todas as indústrias de grande porte, ditas de transformação, que ope-

ram com materiais muito pesados e muito quentes, tem que haver um certo nível de automação. E na medida que se introduz essa automação e se introduz ciência na organização do trabalho, passa a haver um tipo especial de desqualificação que precisa ser analisado. Não é desqualificação no sentido de ter sido roubada alguma coisa que pertencia ao trabalhador. Talvez até nunca tenha pertencido àquele em particular, mas é uma desqualificação no sentido de que qualquer cidadão educado num nível X de educação poderia desempenhar determinadas tarefas: vigiar painéis, ler instruções e intervir se acontecer alguma coisa errada no processo... Também num escritório moderno, que foi racionalizado, a maior parte das habilidades de certa forma se confunde com aquelas habilidades que o indivíduo ganha com a escolarização formal (Salgado, 1985).

No caso dos técnicos agrícolas, quando solicitamos que descrevessem, pormenorizadamente, o que faziam no local de trabalho, percebemos que possuem maior autonomia funcional.

Guardadas as devidas proporções, é interessante notar que isso, de certa forma, se aplica não apenas àqueles que são pequenos proprietários, como também àqueles que desempenham funções técnicas ligadas à

orientação/administração de fazendas, trabalham em propriedades de terceiros, com vínculo empregatício, e são responsáveis pela produção de um determinado tipo de produto numa parte da unidade produtiva.

Sabe-se que existem casos em que os empregadores contratam técnicos agrícolas para que assumam a responsabilidade de uma subárea da propriedade para o cultivo de um determinado produto (por exemplo 10 ha de plantação de fumo). Oferecem os instrumentos de trabalho e outros recursos necessários (sementes, defensivos, peões etc.). Aos técnicos delegam a supervisão e execução do setor e deles esperam competência técnica e administrativa para conseguir com um menor custo, maior produtividade. Devido à própria natureza do trabalho, onde sobressai a elevada relação homem/terra e a baixa mecanização, o técnico agrícola acaba acompanhando todo o processo produtivo desde o preparo do solo até a colheita do produto. Eles devem deter a técnica a ser empregada e a capacidade de ajustá-la às diferentes fases do processo, sob pena de colocar em risco a produção pela qual são responsáveis<sup>5</sup>. Fica claro, portanto, que nestas condições o "saber técnico" pode funcionar como uma importante instância mediadora entre o trabalho e a educação em prol dos interesses dos trabalhadores. Subentendendo-se aqui, por "saber técnico", a assimilação de quantidade e qualidade distintas de habilidades, atitudes e conhecimentos. O que, sem dúvida, aumenta o poder de barganha no mercado de trabalho.

Essa situação que aumenta a responsabilidade do técnico agrícola, remete-nos à avaliação das escolas agrícolas com redobrado cuidado, principalmente se considerarmos que, quando os egressos foram convidados a emitir suas opiniões acerca das dificuldades encontradas no exercício da profissão, a maior frequência de respostas recaiu sobre dificuldades advindas da má qualidade da escolarização recebida.

As falhas na parte prática (39%) são apontadas como a causa principal da insuficiência dessa formação. Tais falhas compreendem tanto a falta de aulas práticas, quanto a deficiência de orientação técnica, que se limitam, muitas vezes, a mero trabalho braçal e rotineiro.

Embora em menor proporção (26%), aparecem alguns conflitos que, gerados na sociedade mais abrangente ou na estrutura familiar, também dificultam o exercício da profissão de técnico agrícola. Entre eles, destaca-se a pouca valorização social da profissão de técnico a nível médio em detrimento de uma supervalorização do engenheiro agrônomo que possui formação universitária.

Outra fonte de conflito é percebida por aqueles que estão trabalhando na unidade familiar. Encontram resistência por parte dos familiares (principalmente por parte dos pais) em implementar ou introduzir inovações tecnológicas. Tendo em vista tratar-se, em sua grande maioria, de pequenos produtores, coloca-se um impasse que pode ser traduzido em duas questões: estaríamos diante de um conflito de gerações? Ou, o que os técnicos aprenderam nas escolas não merece credibilidade na medida em que é insuficiente ou não se adequa à realidade dos produtores de baixa renda?

De qualquer forma, acreditamos que, se os conteúdos escolares fossem mais realistas, as aulas práticas mais eficientes e a grade curricular mais voltada aos interesses e à realidade dos pequenos produtores, a resistência seria menor e o jovem confiante da viabilidade e adequação de sua competência técnica, teria maior probabilidade de propor e efetuar mudanças.

Tanto é assim, que muitos gostariam de prosseguir os estudos para "ter mais base", mas a grande maioria (78%) não está, nem nunca esteve, cursando uma universidade. As razões são as mesmas já constatadas em pesquisas anteriores. Em 54% dos casos, alega-se impossibilidade econômica. Uma pequena minoria (8%) admite desacreditar do ensino superior quando constata existir "um grande número de universitários sem trabalho".

Considerando que a grande maioria desenvolve atividade produtiva e que não está nem nunca esteve em uma faculdade, torna-se importante verificar o grau de satisfação com a ocupação atual.

As respostas a essa questão revelaram que 61% daqueles que estão trabalhando declaram-se satisfeitos com a sua ocupação atual e justificam suas respostas "pelo fato de estarem trabalhando na profissão para a qual se formaram". Uma parcela significativa da amostra (52%) está procurando emprego e, dentre as razões apontadas, 46% indicam a necessidade de ganhar mais. No entanto, apesar de manifestarem a necessidade de "ser melhor remunerado", quando questionados a indicar que tipo de emprego estão procurando, 74% reiteram a valorização de sua formação profissional, ao afirmarem que estão buscando "um trabalho de Técnico em Agropecuária".

Pode-se pois, inferir que, independentemente de estarem ou não exercendo a profissão de técnico agrícola, deixam transparecer uma forte expectativa — para não dizer uma esperança — de que haja uma real valorização da profissão de técnico de nível médio por parte da sociedade mais abrangente.

Essas expectativas deixam transparecer, ainda que implicitamente, uma percepção do caráter mistificador da ideologia dominante que, ao vincular prestígios sociais diferenciados a níveis diferentes de escolaridades, acaba perpetuando a falsa dicotomia entre trabalhos ditos "de criação" e trabalhos ditos de "execução".

Neste sentido, torna-se duplamente importante analisar o conteúdo explícito das representações sociais elaboradas pelos sujeitos de nossa amostra.

Iniciaremos por aquelas que dizem respeito à percepção que o egresso desenvolve frente à sua própria profissão, investigando as razões que os levaram a escolher um curso de 2º grau que forma técnicos agrícolas.

5 Evidentemente, estamos falando em tese, pois se os técnicos agrícolas não detêm a técnica deveriam deter; se são incapazes de fazer os ajustes necessários são considerados incapazes pelo mercado de trabalho.

## Representações Sociais

### *Motivos para a realização do curso de técnico agrícola*

A análise do conteúdo do conjunto de respostas a essa questão possibilitou o agrupamento em seis categorias nucleares: valorização do estudo; condições específicas da escola; aspirações pessoais e condições de origem familiar; condições do mercado de trabalho; valorização da agricultura enquanto setor estratégico da economia e valorização da utilização da tecnologia agrícola.

Dentre essas razões, a que obteve maior índice de adesão (50%) diz respeito àquelas ligadas a aspirações pessoais e condições de origem familiar. Nesse caso, foram referidos o incentivo dos pais, pelo fato de serem agricultores, e motivos que indicam uma inclinação pessoal, um apego à terra e à natureza e que são expressos como "vocação".

Evidentemente, por trás desta expressão vaga e genérica que simboliza uma "vocação" devem estar presentes representações sociais mais objetivas que levam os filhos de agricultores a querer continuar atuando no setor primário da economia, mas, ao mesmo tempo, os fazem procurar um curso técnico agrícola como uma forma de aperfeiçoamento e uma possibilidade de ampliação de conhecimentos técnicos a serem revertidos no desenvolvimento das unidades produtivas.

Assim é que, em segundo lugar (16%), aparecem de forma mais explícita, as razões ligadas à valorização do estudo, onde ressalta-se a aspiração pela profissão técnica de nível médio, com 7,3% das respostas, embora também tenha sido visto como vantajoso "poder fazer o 2º grau e ao mesmo tempo conseguir uma profissão" (4,3%).

Se, por um lado, essas respostas confirmam uma demanda por escolarização, bem como a percepção do ensino como um valor social a ser conquistado, por outro lado, no que diz respeito às escolas agrotécnicas, algumas condições específicas concentram outros elementos de atração. Assim, 10% das respostas mencionam a vantagem de ficar interno como fator de economia para o orçamento familiar, o renome da escola, quando comparada a outras da região, etc.

Na vertente da relação entre escola e trabalho (Categoria D) é interessante notar que, tanto em Jaú (SP) quanto em Bento Gonçalves (RS), regiões de estruturas produtivas bastante diferenciadas, os egressos (15% e 13% respectivamente) foram motivados a cursar escolas agrícolas por acreditar, na época, que o "mercado parecia promissor", "estava em expansão", "havia um vasto campo de trabalho" ou mesmo "uma demanda por técnicos".

Essas e outras considerações ressaltam a importância da análise das representações que os técnicos elaboram frente às suas escolas de origem, seja relatando as dificuldades vivenciadas, seja propondo sugestões para a melhoria da escola.

### *A escola técnica agrícola: problemas e perspectivas*

Os principais problemas vivenciados pelos egressos, enquanto alunos das escolas agrotécnicas estão

relacionados ao desempenho do corpo docente, onde 24,5% questionam a existência de professores despreparados, com qualificação que não atinge o nível superior, pouco motivados para ensinar e discutir com os alunos e "alienados" da realidade brasileira e aos aspectos ligados à organização e funcionamento da escola. Nesta categoria, 17,4% das respostas destacam as já conhecidas falhas inerentes ao sistema escolar como um todo: má administração, má distribuição do tempo, incompetência administrativa etc. Cabe notar, porém, que devido à peculiaridade desse tipo de ensino que funciona na modalidade de "escola fazenda", tendo, no caso das escolas federais que prover seus próprios recursos e onde a produtividade é exigida, outros problemas são levantados nessa mesma categoria. Assim, das 17,4% de respostas que apontam problemas na organização e funcionamento da escola, 16% explicitam as exaustivas tarefas braçais, reclamam do fato de serem tratados como operários, como mão-de-obra barata, ou, ainda, percebem que esse tipo de trabalho (em geral desvinculado de uma proposta pedagógica e ancorado nos interesses comerciais da escola) consome um tempo que, por hipótese, deveria ser utilizado para as tarefas teóricas e práticas em condições esperadas para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

No conjunto, essas observações são reiteradas por ocasião dos aspectos levantados em relação às atividades práticas, aos conteúdos e à sistemática de avaliação. Neste último caso, 20% das respostas discordam de que a avaliação deva priorizar a produtividade do trabalho agrícola em detrimento do desempenho em conteúdos "técnicos" e outras atividades técnico-práticas também desenvolvidas nas escolas. Tanto é que, quando solicitados a fornecer sugestões para a melhoria da escola, a maior frequência das respostas (42%) recai na categoria onde se solicitam: a completa revisão da sistemática de avaliação, o aumento de atividades práticas ligadas, efetivamente, aos conteúdos técnicos, maior ênfase em conteúdos profissionais, menos superficialidade desses conteúdos e maior adequabilidade à realidade do agricultor.

As mazelas decorrentes de uma estrutura de poder rígida, hierarquizada e autoritária, também não foram esquecidas. Os egressos reclamam, em 14% dos casos, do autoritarismo e rigidez que impondo horários e normas de funcionamento de cima para baixo, transformam as escolas agrícolas em instituições cuja organização disciplinar representa uma amalgama dos modelos característicos dos antigos internatos religiosos e das casernas militares.

Essa insatisfação com a rigidez e com o autoritarismo, se transforma em sugestões (14%) que enfatizam a democracia interna e a maior participação dos alunos, em particular na elaboração de projetos agropecuários no início do ano letivo, para evitar que permaneçam, indefinidamente, como meros executores de tarefas, sem aprenderem a necessidade, a razão ou a utilidade do que fazem. Se por um lado, essas sugestões, que se encaminham na direção da conquista de maior liberdade por parte dos alunos, menor rigidez por parte de superiores e maior integração entre alunos, administração e professores, são menos presentes em Jaú, SP

(7%), por outro lado ganham especial relevo em Uberlândia, MG (20,5%).

Finalmente, por atribuirmos uma função política à escola de 2º grau, julgamos útil verificar qual a percepção que os jovens de nossa amostra têm dos problemas brasileiros, como tentativa de avaliação de seu nível de politização.

#### *Os problemas da realidade brasileira*

Com esse objetivo, incorporamos ao nosso questionário a seguinte questão: "Você acompanha os problemas sociais que existem no país em relação a preservação do meio ambiente, posse da terra (luta entre posseiros, grileiros, grandes proprietários), uso abusivo de agrotóxicos, etc. Por que você acha que esses problemas existem?"

A análise de conteúdo das respostas permitiu classificá-las sob 5 categorias:

#### 1) Explicações relacionadas à estrutura política, econômica e social:

Respostas que mencionavam, como causas das dificuldades arroladas, fatores tais como: política agrícola (má distribuição de terras, falta de crédito rural aos pequenos proprietários), influências internacionais (dívida externa, FMI), contradições sociais decorrentes do modo de produção vigente, ganância dos grandes latifundiários, comunidade acomodada, fome, falta de conscientização popular.

#### 2) Explicações ligadas a iniciativas de determinados governantes:

Respostas que mencionam: má administração, irresponsabilidade dos governantes, corrupção, desorganização das autoridades, não cumprimento das leis vigentes.

#### 3) Explicações de cunho liberal, relacionadas a condições individuais:

Respostas que atribuíam os problemas sociais a fatores tais como: ignorância do agricultor e do povo brasileiro, falta de instrução, falta de esforço pessoal, falta de cooperação entre as pessoas.

#### 4) Explicações que enfatizam aspectos técnicos:

(Ex.: falta de melhor conhecimento técnico na utilização de agrotóxicos).

#### 5) Respostas que expressam conformismo, atribuindo os problemas à ordem natural das coisas:

Explicações que mencionavam o aumento (inevitável) da produção, a vontade de Deus, a hierarquia social imutável.

Do nosso ponto de vista, as respostas categorizadas e sob o primeiro item (explicações relacionadas à estrutura política, econômica e social) estão condicionadas a uma percepção mais clara do egresso a respeito das forças determinantes dos problemas sociais. Nesse sentido, notamos diferença relevante entre o índice das respostas dos egressos da escola de Bento Gon-

çalves (60%) e os respectivos índices de respostas em Uberlândia (26,5%) e Jaú (13,7%). Poderia essa variação ser atribuída a características diferenciadas entre o "fazer pedagógico" da escola de Bento Gonçalves e aquele das duas outras escolas?

Essa é uma questão que preferimos deixar em aberto, para retomá-la posteriormente, quando avançarmos no estudo, mais aprofundado, das escolas de onde provêm os egressos.

Julgamos as respostas classificadas na Categoria 2 (explicações ligadas a iniciativas de determinados governantes) correspondentes a um nível de formação já sensível à problemática sócio-política, mas ainda longe de desvendar as verdadeiras relações de poder dentro da sociedade. Quanto a esse item, não houve diferenças muito relevantes entre os índices de respostas dadas pelos egressos das três escolas, o que pode significar uma vertente de opinião mais ou menos generalizada na população como um todo, e agora já amplamente divulgada pelo meios de comunicação.

A terceira categoria engloba, segundo nossa ótica, respostas eivadas da ideologia liberal, a qual, como se sabe, coloca sempre em termos individuais o equacionamento de problemas de ordem social. Os baixos índices dessas explicações, encontrados nas respostas dos egressos de Bento Gonçalves (9,5%) e Uberlândia (8,0%) e mesmo a taxa de 19,0% correspondente às respostas dos egressos de Jaú, parecem indicar uma penetração não muito importante desse aspecto da ideologia liberal na percepção social dos jovens da amostra.

Na quarta categoria, foram incluídas as respostas que insistiam em soluções técnicas para os problemas sociais. Houve aqui predominância da valorização da formação especializada e este pareceu-nos um componente inevitável em respostas de sujeitos de nossa amostra. A baixa porcentagem de afirmações de egressos de Bento Gonçalves, classificadas sob essa categoria, pode indicar que, ao contrário de seus colegas de Uberlândia e Jaú, esses jovens deixam-se iludir menos pelo apelo da pura técnica como recurso para a solução de problemas estruturais.

Na quinta categoria, foram englobadas respostas que consideramos muito ingênuas, pois atribuem as contradições sociais à fatalidade, naturalizando todo o processo econômico e político.

Torna-se relevante aqui o fato de que não houve qualquer resposta dos egressos de Bento Gonçalves que fosse classificada sob essa categoria, o que reforça nossa tendência de qualificar esse grupo como de percepção mais aguçada dos fenômenos sociais.

O fato de termos identificado posturas críticas diferenciadas entre os sujeitos de nossa amostra nos estimula, mais uma vez, a repensar a função da escola na formação política dos alunos de 2º grau, principalmente se considerarmos que suas condições de vida e seu precoce engajamento no trabalho podem predispor a maioria dessa faixa de população à compreensão mais clara das contradições implícitas no meio social em que vivem. O papel tradicional da escola, sabemos é, nesta estrutura, o de desviar a análise dessas contradições vivenciadas, transmitindo um conteúdo alienante, superficial, barateado e muitas vezes fal-

so. No entanto, a defesa da educação política do jovem técnico deve ser entendida no âmbito mais amplo do ensino, pois a sensibilização do aluno aos problemas sociais não passa, na escola, por uma inculcação panfletária. Ao contrário, conteúdos rigorosos e verdadeiros, transmitidos de maneira a relacioná-los, sempre que possível, com a experiência de vida dos estudantes, parece-nos o caminho para uma educação que, com ênfase em aspectos técnicos, abra ao jovem, futuro trabalhador, a perspectiva de uma formação mais completa para o exercício da verdadeira cidadania. Nesse sentido, as escolas agrotécnicas têm o privilégio de poder lidar com um conteúdo facilmente sensibilizador. Isto é, a transmissão de técnicas agrárias não pode ser feita de maneira séria sem que se estude o contexto mais amplo em que são usadas. A análise rigorosa e crítica de dados estatísticos sobre o tamanho das propriedades, o uso e posse da terra, o volume da produção de alimentos no país e da exportação de produtos agrícolas, o detalhamento dos trâmites burocráticos do crédito rural, por exemplo, já seriam, provavelmente, elementos suficientes para alertar o jovem sobre diversos aspectos contraditórios de nossa estrutura produtiva e fundiária.

Ainda, o estudo aprofundado (teórico e prático) da tecnificação agrícola e de sua possível adaptação ao uso do produtor de baixa renda constitui instrumento indispensável para o verdadeiro engajamento, profissional e social, do técnico agrícola.

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- EMATER. *Objetivos e Diretrizes para o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural: período programático, 1980-1985*, Brasília, 1980.
- LORENA, C. & OLIVEIRA JR., P. A força dos pequenos. *Retrato do Brasil*, nº 04, Três/Política, São Paulo, 1984.
- SANTANA, J.C.P., et al. O Processo de tecnificações da pequena produção na Bacia de Paraguaçu. *Relatório de Avaliação*, agosto, 1984.
- SILVA, J.G. da et al. Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. *Revista da Economia Política*, Brasiliense, São Paulo, 3(04), 1985.